

Dom Paulo Evaristo Arns e a operação periferia

Dom Paulo Evaristo Arns and the periphery operation

**Maria Cecília Domezi*

Resumo

Na década de 1970, sensível aos graves problemas da imensa periferia da cidade de São Paulo e num corajoso enfrentamento da ditadura militar, Dom Paulo Evaristo Arns lançou e animou uma ousada campanha que se chamou Operação Periferia. Consistia numa concreta e solidária troca de recursos, materiais e humanos, entre centro e periferia, com superação do assistencialismo e parceria com os movimentos sociais. Mas essa campanha acabou sendo canal aberto para uma profunda reforma da Igreja Local. Através das CEBs, da formação e multiplicação de lideranças leigas e de uma efetiva colegialidade eclesial desde a base, forjou-se um modo de pastoral urbana capaz de responder aos desafios de cada particularidade dessa megalópole dos contrastes.

Palavras-chave: operação periferia; Cardeal Arns; opção pelos pobres; pastoral urbana; colegialidade; reforma eclesial

Abstract

In the 1970s, sensitive to the serious problems of the immense outskirts of the city of São Paulo and in a courageous confrontation with the military dictatorship, Dom Paulo Evaristo Arns launched and animated a daring campaign called Operation Periphery. It consisted of a concrete and solidary exchange of resources, material and human, between the center and the periphery, overcoming assistance and partnership with social movements. But this campaign ended up being an open channel for a profound reform of

*Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professora da História da Igreja no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). Contato: cecdom50@gmail.com

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em

06.01.2022

Aprovado em

19.01.2022

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



PUC-SP

Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

the Local Church. Through CEBs, the formation and multiplication of lay leaders and an effective ecclesial collegiality from the base, a way of urban pastoral was forged capable of responding to the challenges of each particularity of this megalopolis of contrasts.

Keywords: operation Periphery; Cardinal Arns; option for the poor; urban pastoral; collegiality; ecclesial reform

Introdução

Como se explica, da parte da Igreja Católica, uma verdadeira revolução da ação pastoral numa caótica megalópole como São Paulo e justamente durante os anos de terror da ditadura militar no Brasil?

Obviamente essa revolução se explica pela aceleração do *aggiornamento* lançado pelo Concílio Vaticano II, bem como pela originalíssima recepção do mesmo Concílio na América Latina quando, na Conferência de Medellín, em 1968, o episcopado de todo o continente abraçou decisivamente a perspectiva da justiça social, fez opção pelos pobres e enveredou-se na senda da libertação integral.

Entretanto, temos de acrescentar como outro fator de grande importância o especial carisma e a dedicação do quinto arcebispo dessa gigantesca cidade. Falamos de Dom Paulo Evaristo Arns, um dos bispos latino-americanos da geração de Medellín. Uma de suas grandes e corajosas iniciativas foi a campanha que ele denominou Operação Periferia. Para além de esgotar-se em seu objetivo enquanto campanha emergencial, essa iniciativa favoreceu uma virada irrevogável na concepção e na ação pastoral da Igreja Católica na cidade de São Paulo.

Podemos dizer que as grandes intuições e as práticas desse cardeal arcebispo anteciparam em mais de quatro décadas diversos pontos do programa de reforma da Igreja lançado pelo Papa Francisco. Isso pode ser entendido também a partir da sensibilidade pastoral de Bergoglio que, trazendo na bagagem do seu humanismo evangélico experiências e influências de iniciativas pioneiras da Igreja dos Pobres na América Latina e no Caribe, como bispo de Roma deixa que elas influenciem seu pastoreio na universalidade da Igreja.

Assim, uma comemoração da Operação Periferia concebida e animada por Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo será oportuna para quem adere ao programa de reforma eclesial proposto por este papa que afirma: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças...” (*Evangelii Gaudium*, 49). De fato, a Igreja da Operação Periferia é aquela que se desloca para as periferias geográficas e existenciais e se insere na realidade cotidiana dos excluídos, oprimidos e sofredores; que atua em parceria com as organizações e as pessoas solidárias com os pobres; que assume a defesa dos direitos humanos a ponto de sofrer difamação, perseguição, repressão militar e até martírio.

Esta reflexão revisita um trabalho editado pela Paulus que, há pouco mais de duas décadas, era uma busca de compreensão da Operação Periferia na perspectiva da reviravolta da pastoral urbana ocorrida na megalópole paulista sob a liderança de Dom Arns (DOMEZI, 1995). Singelo e limitado, mas pioneiro, aquele trabalho se fez a partir de importantes fontes primárias, como o jornal semanário da arquidiocese de São Paulo durante toda a década de '70, além de muitos papéis mimeografados e de outras fontes. Foram particularmente importantes os testemunhos recolhidos da viva voz de diversos sujeitos da Operação Periferia, mulheres e homens do laicato, padres, religiosas, bispos, inclusive o próprio Cardeal Arns. Vale lembrar a ajuda de Maria Ângela Borsoi, eficiente e fiel secretária do Cardeal Arns, para o acesso ao seu acervo particular.

Através do jornal *O São Paulo*, bem como pelas narrativas testemunhais e por outras fontes, pudemos constatar como a celebração anual de *Corpus Christi* dava visibilidade à nova configuração da Igreja que se arrojava na Operação Periferia. Na Praça da Sé, nem o escancarado aparato militar repressor impedia a coragem de uma imensa comunhão de comunidades vivas que, na parceria com múltiplos movimentos transformadores da sociedade, traziam desde as manchas urbanas periféricas um novo modo de ser Igreja.

Mudava o paradigma da exposição do Corpo de Cristo no cibório cintilante por uma Igreja autocentrada e clericalista. Agora ali estava o corpo eclesial por

inteiro, em comunhão, com seu senso comum da fé, inserido num corpo social todo chegado e clamoroso, e na missão de humanizar a cidade e o mundo.

O arcebispo que trouxe a periferia para o centro

A cidade de São Paulo já se ia agigantando desordenadamente quando, em 1942, Dom Duarte Leopoldo e Silva animou o Congresso Eucarístico Nacional que encheu o Vale do Anhangabaú com meio milhão de pessoas. Este segundo arcebispo faleceu no ano seguinte, por um acidente de avião (*O São Paulo*, 1993, p. 1).

Seu sucessor, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, preocupou-se com o acelerado aumento das periferias e conseqüente explosão populacional. Em 1951, este primeiro cardeal de São Paulo lançou a campanha denominada “Uma igreja em cada bairro”. O objetivo era o de prover assistência espiritual da Igreja Católica nos novos e longínquos bairros, além de providenciar para o grande contingente de pessoas ali desamparadas meios de amparo, educação para a vida social e instrução. Em 15 anos foram erigidas em São Paulo mais de 100 novas igrejas paroquiais com suas obras anexas de educação e assistência social (*Boletim Eclesiástico*, 1951, p. 204-209).

Porém, as lacunas não foram preenchidas e não houve respostas adequadas às novas necessidades. Já não tinha eficácia o velho modo de pastoral católica da cristandade que se pretende hegemônica. Caducava o modelo de instrução religiosa e sacramentalização presas na tradicional compreensão da estrutura paroquial como centro de dinamismo para o progresso, a moral e o civismo. E mesmo na boa vontade de conseguir atendimento aos direitos do povo, a paróquia pensada como centro de convergência acabava estagnada em meio às novas dinâmicas de mobilidade urbana. Assim, parece não ter alcançado o efeito desejado o cálculo feito pelo cardeal Motta em 1960, de distribuir uma média de 10 mil “almas” para cada paróquia (ver *Crônica Eclesiástica*, 1959, p. 994-995).

A Arquidiocese era desafiada por graves problemas causados pelo modo perverso e funesto como se erigiu o principal centro industrial da América Latina. Com o processo de industrialização, a partir de 1950 foi introduzido na Grande São Paulo um novo padrão periférico de expansão urbana com estas caracterís-

ticas: favorecer a especulação imobiliária sem a mediação do Estado; dispersar a classe trabalhadora; manter a habitação unifamiliar, construída pelo próprio trabalhador num sobre trabalho não pago, distante do local de trabalho e sem infraestrutura. Na década de 1980, a nova especialização da pobreza passaria a ser marcada por maior concentração dos grupos de baixa renda em cortiços nas áreas centrais da cidade (KOWARICK & ANT, 1994, p. 83-89).

No entanto, numa cidade em tamanha expansão, logo encareceram assustadoramente os lotes urbanos e o transporte público. Consequentemente, na década de 1970 decaía a aquisição da casa própria, enquanto a população favelada crescia em cerca de 30 por cento ao ano (*Folha de São Paulo*, 13/07/1980). Acrescente-se que, desde 1958, a consolidação do novo padrão de acumulação capitalista industrial fazia-se na ideologia do “milagre brasileiro” e forçando o êxodo rural. São Paulo tornou-se um caso exemplar de cidade periférica capitalista, industrializada sob a égide de um modelo dependente-associado que excluiu a muitos dos benefícios do progresso (KOWARICK & CAMPANARIO, 1994).

Era o caso mais típico de urbanização caótica. Cerca de 13 milhões de vítimas do provocado êxodo rural ali chegaram na década de 1960, e na década seguinte mais uns 15 milhões e meio. Eram migrantes vindos de todas as partes do país, especialmente do Norte e do Nordeste (FASE, 1992, p. 69).

São Paulo ganhou um exacerbado contraste entre acumulação e pobreza. Com formas disparatadas de ocupação do solo, seu traçado ficou desconexo. Os agentes desse centro concentrador do capitalismo brasileiro criavam um mercado de ilusões para alimentar a fantasia das multidões que jamais poderiam subir na escala social, ao mesmo tempo em que bloqueavam a iniciativa social e política das classes trabalhadoras (CAMARGO, 1976, p. 14-22. 59-61). Tudo isso se agravou muito mais, com sucessivas perdas salariais, inflação e o terror da ditadura militar.

Diante desse quadro, é importante lembrar que Dom Arns, quando empossado como arcebispo de São Paulo em 1º de novembro de 1970, já vinha de uma importante experiência de ação pastoral inovadora.

Durante toda uma década ele conviveu com os favelados nos morros de

Petrópolis, no Rio de Janeiro. Desfrutou da amizade e deixou-se impregnar pela solidariedade daquela gente exposta a toda sorte de perigo, inclusive o das enchentes que traziam destruição, soterramento e morte. Os favelados, de tão familiarizados com o franciscano que os visitava regularmente, a todo padre que lá chegava gritavam de um morro para outro chamando-o de frei Evaristo (BETTENCOURT & MARKÚN, 1979, p. 56-58).

Em 1960, do alto do Corcovado, a vista de todo um complexo de favelas agarradas aos morros impressionou o arcebispo de uma outra metrópole, Milão. Tratava-se de Montini, futuro papa Paulo VI, que vendo aquele cenário exclamou: “Parece uma coroa de espinhos cingindo a cidade bonita”. Estava com seu amigo Dom Helder Câmara, que o levava a visitar a favela da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro (*O São Paulo*, 5/02/1972, p. 7). Cerca de dez anos depois, em sua encíclica *Octogesima Adveniens* (8-10), Paulo VI referiu-se ao deslocamento populacional provocado como um “êxodo rumo aos tristes amontoados dos subúrbios onde não se encontra nem alojamento”, e chamou a periferia de “moldura de miséria”: “Novos proletariados começam a aparecer (...) e vão acampar nos arrabaldes, molduras de miséria que começam a importunar, numa forma nada silenciosa de protesto, o luxo gritante demais das cidades do consumo e do esbanjamento”

De 1966 a 1970 Paulo Evaristo Arns foi bispo auxiliar do Cardeal Rossi em São Paulo, ficando responsável pela Região Norte. Ali criou e incentivou uma experiência pioneira no novo dinamismo pastoral que se afirmaria em toda a arquidiocese. Era a Missão do Povo de Deus, uma escola de novos ministérios eclesiais e em especial do ministério da Palavra, assumido principalmente por pessoas leigas das camadas populares. Liderava essa missão um grupo constituído ao redor de Dom Paulo, com representatividade do Povo de Deus conforme o Vaticano II: entre 10 e 15 pessoas leigas de diversas idades, 3 padres e 3 religiosas. Visitaram as 50 paróquias da Região, despertando o espírito inovador que propagou as sementes das CEBs. Da nucleação de um laicato consciente e ativo, que saía para visitar as famílias em suas casas, nasceram as Semanas da Palavra, momentos formativos em dinâmica comunitária, com a assessoria dos biblistas Frei Gilberto Gorgulho e Ana Flora Anderson. Ali desabrochavam e se

desenvolviam lideranças do meio popular (DOMEZI, 1995, p. 206-209).

Desse modo, Dom Arns iniciava sua tarefa como arcebispo trazendo consigo toda uma periferia em novo dinamismo. Eram muitas pessoas da base da sociedade e da Igreja, com quase nada de escolaridade, que entravam no chamado “mutirão” dos pequenos grupos e das pequenas comunidades eclesiais. O acesso à bíblia, em comunidade e na troca de conhecimento, favorecia-lhes a tomada da palavra.

E como Dom Arns também já se destacara na Região Norte por sua intrépida e eficaz solidariedade com os presos políticos, a cidade passava a ter um arcebispo apartado da “tradição seráfica da Igreja paulistana”, o primeiro religioso a apoiar publicamente a luta contra o esquadrão da morte e o primeiro na defesa da dignidade da pessoa humana (BICUDO, 1985, p. 50). Seguiria tomando as dores das vítimas da repressão militar com crescente coragem, mas promovendo e defendendo os direitos humanos com toda a largueza e profundidade da opção pelos pobres, consagrada na Conferência de Medellín. De fato, por seu modo de deslocar a periferia para o centro das atenções e das práticas, colocava na pauta dos direitos humanos todos os direitos dos pobres e dos trabalhadores.

No entanto, o arcebispo franciscano que se apresentava na catedral de São Paulo dizendo: “Aqui estou, pequeno de estatura, limitado e consciente das limitações...”, era também um erudito de grande porte. O jornal *The New York Times* (3/02/1973) assim apresentaria a biografia desse bispo de uma das maiores dioceses católico-romanas do mundo, um linguista e perito em problemas urbanos:

Ele é baixo, rosto redondo, sorri frequentemente, irradia vitalidade e energia. Fundou uma rede de agrupamentos de leigos que ajudam no trabalho pastoral e se envolvem nos problemas comunitários. Tem, repetidamente, se pronunciado contra as injustiças sociais e não agradou, pois, o regime militar. No ano passado, denunciou os métodos empregados pela Polícia. Interessou-se pelos problemas as grandes cidades durante seus estudos de pós-graduação em Paris. Recentemente, fez uma viagem pelos Estados Unidos...

No mesmo ano, o *Radiogiornale* da Rádio Vaticano (11/09/1973, foglio C-6) iria noticiar: “O arcebispo, cardeal Paulo Evaristo Arns, vendeu sua resi-

dência e o parque circunstante para ajudar as pessoas que vivem nos barracos da cidade...” Decidiu não residir no luxuoso Palácio Pio XII cercado de belo parque, mas numa casa simples e situada no meio do povo. O dinheiro da venda do palácio episcopal ele destinou à Operação Periferia, facilitando às CEBs a aquisição de 1200 terrenos para a construção de centros comunitários. Eram locais para discutir problemas, organizar-se para reivindicar direitos, celebrar a fé religiosa, fazer promoção humana e oferecer treinamento profissional (DOMEZI, 1995, p. 32).

Uma campanha emergencial que faz a Igreja reformar-se

No Brasil, há mais de 50 anos se realiza anualmente a Campanha da Fraternidade. Iniciada em 1962 na arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte, em 1964 passou a ser lançada pela CNBB em todo o Brasil, no período da Quaresma. Essa campanha consolidou-se como um projeto nacional e tem persistido em sua originalidade: a penitência quaresmal proposta como fraternidade vivida em gestos concretos; o serviço a favor da vida como resposta aos problemas e desafios do país; a conscientização favorecida pelo método ver-julgar-agir. Ao longo do tempo houve adesão de outras Igrejas cristãs (VANZELLA, 2009).

Dom Arns aproveitou a ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade de 1972, com seu *slogan* “Descubra a felicidade de servir”, para lançar a Operação Periferia. Em sua alocação radiofônica, em 12 de fevereiro, convocou a todos, cristãos e pessoas de boa vontade, para uma cruzada de mobilização de pessoas e de recursos em favor dos marginalizados da cidade. A curto prazo propunha-se mobilização e treinamento de pessoal, enquanto também se iriam providenciando recursos e instrumentos de promoção e desenvolvimento global. A longo prazo esperava-se alcançar todo o país com a vivência fraterna e o espírito solidário. A Arquidiocese de São Paulo ofereceria serviços às regiões ainda mais abandonadas, reforçando as iniciativas das dioceses naquelas regiões (DOMEZI, 1995, p. 165-166).

Tratava-se de uma resposta missionária aos apelos do Concílio Vaticano II. A Igreja tinha que sair para fora e chegar a todos os lugares onde se exigia sua presença e ação. E era uma concretização da opção pelos pobres, como insistia Dom Paulo: “Só seremos Igreja de Cristo se nos voltarmos como Ele, decidida-

mente, para os pobres” (ARNS, 1972; O São Paulo, 26/02/72, p. 3).

Entretanto, essa conversão ao mundo dos pobres incluía a mudança de eixo da missão, pela adesão ao dinamismo novo que vinha das pequenas comunidades cristãs da periferia.

É importante lembrar que, na fase entre 1970 e 1978, enquanto a repressão militar impedia qualquer ação de peso dos operários das fábricas com suas organizações, os bairros da periferia tornaram-se espaço de resistência e articulação de um movimento social embrionário, de crescente resistência. Inúmeros núcleos de trabalhadores passaram a reunir-se nas casas e em sacristias de igrejas, numa conscientização cada vez maior que fazia rejeitar o clientelismo e o autoritarismo do Estado (KOWARICK & BONDUKI, 1994, p. 157-158).

Mesmo de forma fragmentária, as organizações populares nos bairros solidificaram os grupos de base caracterizados por laços diretos de solidariedade imediata entre as pessoas, de modo que a conscientização se fazia num clima de mútua confiança. Ali estavam associações comunitárias, pequenos grupos políticos, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães, grupos de jovens, grupos de oposição sindical, grupos de tendências estudantis (BRANT, 1980, p. 13-18).

Em meio a essa efervescência, as CEBs eram parceiras importantes na organização popular, atuando especialmente no apoio aos desempregados, presos e perseguidos pela ditadura, bem como na articulação de todo um conjunto de práticas. Essas pequenas comunidades eclesiais contribuía eficazmente para a valorização das pequenas iniciativas reivindicatórias e para a solidariedade imediata, continuada na discussão dentro do aprendizado do dia a dia. E porque reforçavam a visão global da pessoa humana, contribuíram para que a consciência de classe, antes restrita ao espaço das fábricas, se abrisse a todas as pessoas. Além disso tudo, as CEBs traziam para a celebração de fé os fatos e as práticas de resistência (TELLES, 1994, p. 265-267).

Abriu-se a esse novo dinamismo, entretanto, era também entrar num caminho de reforma da Igreja Local no seu todo, em atitude de conversão pessoal e coletiva e na mística do agir em comunidade em favor de comunidades. E

entrar no espírito da Operação Periferia era entrar na reconstrução da Igreja viva a partir das pessoas empobrecidas e perifizadas que se tornavam sujeitos de transformação social e eclesial.

Só uma Igreja sem medo de “acidentat-se” entra nesse processo. O encorajamento veio do carisma marcante do cardeal arcebispo que jamais dissociou os projetos grandes e ousados da gente considerada “pequena”, com suas pequenas comunidades eclesiais e suas redes de pequenos movimentos sociais transformadores. Entretanto, ele próprio se deixava encorajar pela juventude rebelde ao regime autoritário, bem como pela força de múltiplos movimentos sociais que interpelavam a Igreja para um novo jeito de missão.

A esperança estava em seu lema, mas também no aparelhamento da porção de Igreja a ele confiada, que passava a exercer colegialidade desde a base leiga e economicamente pobre. Ao seu redor, uniam-se as forças vivas do clero e do laicato e se experimentava a fraterna alegria da ação conjunta, mais alargada por um fértil ecumenismo e diálogo inter-religioso, bem como pelo diálogo e parceria com humanistas, inclusive os que se diziam ateus.

Por isso, a Operação Periferia foi bem discutida e ganhou um projeto traçado cuidadosamente, com estes objetivos: 1º.) formar comunidades conscientes e participativas, comprometidas na promoção integral da pessoa humana; 2º.) descobrir e treinar lideranças locais, formadoras e animadoras de comunidade; 3º.) construir centros comunitários em cada bairro, onde o povo possa reunir-se e organizar suas atividades; 4º.) criar e coordenar recursos humanos e materiais a serviço das comunidades periféricas, com espírito missionário, na integração e no intercâmbio entre centro e periferia; 5º.) realizar projetos pilotos nos setores pastorais, com atividades que integrem os recursos locais e os de toda a cidade (DOMEZI, 1995, p. 168).

Um dos aspectos da originalidade desse empenho estava no reconhecimento e valorização de um grande contingente de pessoas do meio popular, com sua simplicidade e sua luta diária pela sobrevivência. De todo canto do imenso cinturão periférico da cidade vinha o novo impulso dos serviços ministeriais exercidos por mulheres e homens do laicato na Igreja, e da Igreja para a cidade e o

mundo. Em pouco tempo, de seu meio saíram representantes de cada região da arquidiocese que, ao redor do cardeal arcebispo, constituíram-se num aparelhamento para o exercício da colegialidade ampla e desde a base. Eram cerca de 500 pessoas conscientes de sua “cidadania” batismal, mulheres e homens do laicato juntamente com seus bispos regionais e uma considerável parcela do clero que assumia a causa dos pobres. Esse grande colegiado animava e sustentava a vida da Igreja de São Paulo desde uma vasta ramificação de pequenas comunidades, com seus pequenos grupos de rua e de viela.

Esse dinamismo, que incluía o intercâmbio de muitas experiências criativas, era como um sangue novo que se oferecia para reavivar toda a Igreja Local. Mas, para acolher toda a força que vinha das bases era preciso reformular os organismos eclesiais. Do mesmo modo, a defesa e a promoção dos direitos humanos, principalmente dos pobres e excluídos, supunha um novo aparelhamento da arquidiocese, num modo descentralizado, colegiado e voltado para as particulares necessidades das pessoas em cada pedaço da grande cidade.

Então, Dom Arns lançou a ideia do Setor como unidade primeira no organismo dessa Igreja viva. Já havia a divisão da arquidiocese em Regiões Episcopais, mas era preciso ir além da simples divisão territorial e pensar em cada ambiente diferenciado. A abertura à pluralidade também pedia uma inserção nas particularidades das pessoas e coletividades que estavam em cada pedaço da cidade. Essas particularidades eram, por exemplo, a da predominância de cortiços, de profissionais liberais, de migrantes vindos do Ceará, de operários metalúrgicos e outras tantas. Desse modo, os Setores nasceram como laboratórios de discernimento e adequação pastoral às realidades específicas. Em 1974 foram criados 39 Setores, que passaram a elaborar seus próprios projetos de pastoral. Dom Arns insistia em que cada Setor fosse um laboratório de pastoral e canal de vida para todos, e que fizesse a Igreja chegar lá aonde o povo “vive, trabalha e espera” (DOMEZI, 1995, p. 229-238).

Cada Setor tinha o seu presbítero coordenador e o seu colégio de presbíteros. Por sua vez, os presbitérios estavam colegiados em torno dos respectivos bispos, e todos caminhavam junto com o arcebispo. No entanto, na concretiza-

ção do modo de Igreja Povo de Deus, do Vaticano II, havia uma horizontalidade fraterna com as religiosas, os religiosos e as pessoas leigas. Desse modo, o Setor era a Igreja multiplicada, presente e atuante em todos os ambientes e capaz de dar respostas pastorais a situações mais específicas (Ibid.).

Mas, para dar “carne” ao espírito do Vaticano II que propõe uma Igreja servidora da humanidade, já não era suficiente ultrapassar o juridismo preso à divisão territorial de paróquias. Para a megalópole do operariado, dos migrantes e de tantos recursos a serem compartilhados, também era preciso ultrapassar aquela divisão territorial de diocese que permanece fria e insensível às sofridas mobilidades das pessoas, que não têm fronteiras geográficas. Ademais, a colegialidade praticada desde os pequenos grupos e as pequenas comunidades de pessoas humildes que se punham no exercício dos ministérios eclesiais com toda a sua dignidade batismal, estendia-se aos colégios de presbíteros e ao colégio de bispos da arquidiocese. Ao mesmo tempo, amadurecia para estender-se em toda a Região Metropolitana.

O sonho de Dom Arns era o de um colegiado de dioceses interdependentes, num modo original de unidade eclesial, pautado na opção preferencial pelos pobres. Esse projeto de Dioceses Metropolitanas de São Paulo objetivava uma ação pastoral mais abrangente e eficaz no complexo de cidades com seus graves problemas. Como afirmou Pegoraro (1985, p. 39), na perspectiva do Vaticano II a megalópole é percebida como produto da modernidade; portanto, demanda uma originalidade no atendimento por parte da Igreja.

Buscava-se para a realidade específica da megalópole um modo de unidade da Igreja Católica com maior autonomia para as decisões administrativas e sobretudo pastorais, com unidade do colégio episcopal e de todo o clero, salvaguarda dos vínculos jurídicos, formação dos presbíteros em comum, um plano comum de pastoral, o usufruto comum do patrimônio e a comunhão de todas as forças vivas. Uma administração para todo esse colegiado de nove dioceses facilitaria a justa e fraterna circulação dos bens, assim diminuindo os custos operacionais (PEGORARO, 1985, p. 41-43).

Sobre esse projeto, Dom Arns vinha conversando com o papa Paulo VI, seu

amigo pessoal. Paulo VI, que se entusiasmara com a ideia e o havia aconselhado a buscar experiências em outras metrópoles, elogiou-o na ocasião de uma audiência particular em 26 de novembro de 1976, numa nota que *L'Osservatore Romano* publicou:

[...] o Pastor dessa Arquidiocese enfrenta essa situação com admirável energia pastoral, que nós queremos destacar, para que saibais que na Igreja existe este desejo de responder às necessidades espirituais de maneira enérgica, nova, sábia (Arq. de São Paulo, 1975-1979, p. 25).

As conversações sobre esse projeto continuaram com o papa João Paulo II, mais intensamente desde a visita *ad limina* do Cardeal Arns em 1986. Foram 15 anos de gestação dessa novidade, com ampla participação dos presbíteros e do laicato. Porém, estranhamente, em 15 de março de 1989 veio de Roma, da parte da Congregação para os Bispos, um decreto de divisão da arquidiocese de São Paulo. Quatro novas dioceses eram desmembradas e confiadas a bispos que não faziam parte do colegiado de Dom Arns. Este comunicou a decisão do Vaticano através de uma nota à Imprensa e aos fiéis, na qual explicou:

Desde o ano de 1971, a pedido expresso do saudoso papa Paulo VI, procurávamos a melhor forma de organizar os serviços pastorais em favor da população de nossa capital, em constante crescimento. Após numerosas consultas aos responsáveis religiosos de outras grandes Arquidioceses do mundo, com a ajuda constante de organismos romanos e em perfeita harmonia com os nossos conselhos locais, elaboramos um plano que confiamos à Santa Sé em março de 1978 (O São Paulo, 17 a 23/03/1989, p. 10).

Perdeu-se, ou retardou-se, um modo pioneiro e original de presença e missão da Igreja Católica na realidade de uma metrópole. Contudo, a Operação Periferia deixaria suas raízes.

O desafio da troca de bens que supera o assistencialismo

Para um decidido deslocamento na direção dos pobres era preciso superar o assistencialismo. Na compreensão do Papa Francisco trata-se de amizade com os pobres e busca efetiva do seu verdadeiro bem, apreciando-os na sua bondade

própria, com seu modo de ser, sua cultura e sua forma de viver a fé. A opção pelos pobres supõe proximidade real e cordial, acompanhando-os adequadamente no seu caminho de libertação (*Evangelii Gaudium*, 199).

Aqui parece ter-se situado o desafio maior da Operação Periferia. Para uma proximidade real e cordial com os pobres, como também um adequado acompanhamento no seu caminho de libertação, é imprescindível reconhecê-los como sujeitos dessa libertação. Desse modo propunha-se uma troca de serviços e de bens, em atitude de corresponsabilidade. O cardeal arcebispo insistia em que “quem dá recebe, e quem recebe também tem o que dar” (*O São Paulo*, 19/02/1972, p. 7).

No que se referia a bens materiais e a benfeitorias, na periferia faltava praticamente tudo. Por outro lado, ali estavam muitas CEBs com suas redes de círculos bíblicos, suas organizações e práticas de promoção humana e sua nova experiência eclesial, inclusive com partilha de bens. E as CEBs articulavam-se com organizações de moradores e de trabalhadores. Faltavam principalmente recursos humanos, sem contar que os padres ali atuantes eram geralmente estrangeiros e nem todos estavam abertos à renovação da Igreja. Porém, frente ao apelo da campanha, um significativo número de padres, religiosas e religiosos, principalmente estrangeiros, passaram a optar pela periferia. Sendo em boa parte influenciados pela Ação Católica Especializada, escolheram atuar em regiões de maior pobreza e marginalização (DOMEZI, 1995, p. 169-174).

Destacaram-se as pequenas comunidades de religiosas inseridas no meio popular, geralmente membros de congregações e institutos de vida consagrada que aderiram à opção pelos pobres. Inseridas em regiões extremamente carentes, no meio rural e nas periferias urbanas, elas atuaram principalmente junto das CEBs. Em São Paulo, Dom Arns fez apelo às superiores provinciais já no início de 1972. A resposta dessas congregações foi bastante positiva e generosa, não obstante o pequeno número das religiosas que de fato se deslocaram para a periferia e do seu despreparo para a atuação pastoral. E o corajoso engajamento dessas mulheres da vida consagrada foi marcante, no passo a passo do seu aprendizado no meio dos pobres (DOMEZI, 1995, p. 175-180).

Entretanto, Dom Arns tinha ao seu redor muitos outros agentes, humanistas, promotores dos direitos humanos e bons profissionais, sintonizados com a caminhada da arquidiocese e com a Operação Periferia. Por isso, as comunidades e as organizações da periferia puderam contar com o apoio de médicos sanitaristas, educadores, advogados, arquitetos e profissionais da construção civil, profissionais da saúde, assistentes sociais, artistas populares e outros, além de pastoralistas e cientistas sociais, cuja ação respeitosa dos projetos dos pobres ultrapassava o assistencialismo e o paternalismo. Com a dedicação voluntária dessas pessoas parceiras, até mesmo das que se diziam sem religião, o trabalho das comunidades da periferia ganhou um valioso reforço.

É verdade que não faltaram entraves para esse intercâmbio de recursos, como os da mentalidade pré-conciliar e o da falta de vivência como comunidade eclesial. O assistencialismo persistia na prática de muitas pessoas de paróquias situadas em bairros melhor servidos. Estas mandavam de forma anônima qualquer coisa como esmola, enquanto se recusavam a inteirar-se dos projetos comunitários das comunidades da periferia, bem como a receber influência do novo dinamismo eclesial. No entanto, a intransigência estava também do outro lado, da parte de agentes de pastoral inseridos na periferia, zelosos em salvaguardar o jeito novo. Contudo, não poucos membros de comunidades paroquiais de regiões mais centrais da cidade entraram na troca de bens proposta pela Operação Periferia entendendo o seu espírito.

Rendeu frutos positivos a dedicação incansável das equipes dinamizadoras da Operação Periferia. Inúmeras pessoas leigas capacitaram-se como agentes de pastoral, animadores de comunidades, servidores da causa dos pobres em várias frentes, de maneira que se fez notar a valorização da dignidade humana e o despertar de esperanças reais em todos os campos. Projetos concretos foram traçados e cumpridos o quanto possível, objetivando uma adequada pastoral urbana em torno dos problemas como os de habitação, saneamento básico, saúde, alimentação, transporte e outros. Foi crescente também o empenho na educação de base segundo o método Paulo Freire.

Enquanto campanha, a Operação Periferia não rendeu todos os frutos es-

perados quanto à troca de bens e ao impulso missionário entre periferia e centro. Mas serviu de canal eficiente e fecundo para uma reforma da presença e da atuação da Igreja Católica em São Paulo. As CEBs floresceram, amadureceu a interação fé e política e afirmou-se nova dinâmica de evangelização a partir da população relegada à periferia. E a Igreja Local de São Paulo, em seu conjunto, tomou consciência da sua identidade frente às particularidades da gigantesca cidade dos contrastes.

Da parte do arcebispo foram fundamentais a inteligência, o carisma, a humildade e abertura ao trabalho conjunto, a coragem. Ele viu a problemática da cidade e intuiu uma pastoral urbana orientada para prioridades no âmbito social. De fato, o planejamento pastoral participativo foi outro importante fruto. Em 1976, após ampla consulta às bases e estudos nos Setores, foi lançado o primeiro Plano Bienal de Pastoral para a Igreja de São Paulo com quatro metas prioritárias: 1^a.) Comunidades Eclesiais de Base; 2^a.) Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados; 3^a.) Pastoral do Mundo do Trabalho; 4^a.) Pastoral da Periferia. No biênio seguinte decidiu-se continuar com essas mesmas prioridades. A Operação Periferia, que passava de campanha emergencial a prioridade pastoral, tinha por objetivo “promover a ação missionária da Igreja em São Paulo para reunir em comunidades o povo disperso e atender às suas necessidades fundamentais, a fim de que se torne sujeito de sua própria história” (Arq. de S. Paulo, 1975-1979, p. 24. 98. 100-107).

São Paulo continua com muitos dramas, impasses e esperanças. E por ser uma cidade que se move continuamente, sua periferia também se move, preenchendo lacunas entre bairros bem servidos de infraestrutura e conforto, ao mesmo tempo em que se estende em direções longínquas.

Para a Igreja Católica nesta cidade fica a responsabilidade pela herança recebida do pastoreio do seu quinto arcebispo. Ele ensinou a articular projetos grandes e ousados com os passos pequenos de cada dia, a enfrentar os enormes e sempre novos desafios da metrópole sem descuidar do serviço cotidiano às pessoas no anonimato. E novo *kairós* (tempo de graça e salvação) se propõe com força através do projeto de reforma eclesial formulado e animado pelo Papa

Francisco. “Quem tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7).

Referências

- ARNES, D. Paulo Evaristo. Entrevista concedida à Revista *Manchete*, 7/10/1972.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Boletim Eclesiástico*. Ano XXVI, N. 7, jul/1951.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Relatório Quinquenal 1975-1979.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Crônica Eclesiástica. Cristo nos subúrbios de São Paulo. In: REB, V. 19, N. 4, dez/ 1959.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *O São Paulo*: 5 de fevereiro de 1972; 26 de fevereiro de 1972; 17 a 23 de março de 1989; 19 de agosto de 1993.
- BEETENCOURT, G.; MARCUN, P. S. *Dom Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- BICUDO, H. Dom Paulo e os Direitos Humanos. In: RIBEIRO, Helcion (Coord.) *Paulo Evaristo Arns: cardeal da Esperança e pastor da Igreja em São Paulo*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: BRANT & SINGER. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/ Cebrap, 1980.
- CAMARGO, C. P. F. de, et. al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13ª. ed. São Paulo: Loyola, 1976.
- DOMÉZI, M. C. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: uma Igreja em Operação Periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.
- FASE; União dos Movimentos de Moradia. *Direito à Moradia: uma contribuição para o debate*. São Paulo: Paulus, 1982.
- Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1980.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium. A Alegria do Evangelho*. São Paulo: Paulus/ Loyola, 2013.
- KOWARICK, L.; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo: passado e presente*. 2ª. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço público: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, op. cit.
- KOWARICK, L.; CAMPANARIO, M. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, op. cit.

PAULO VI. Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*. In: *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.

PEGORARO, J. Um só povo, muitos pastores? A divisão da Arquidiocese de São Paulo. In: RIBEIRO, op. cit.

RÁDIO VATICANO. *Radiogiornale*, 11 de setembro de 1973.

TELLES, V. da S. Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, op. cit.

The New York Times, 3 de fevereiro de 1973.

VANZELLA, J. A. Campanha da Fraternidade: Igreja do Brasil a serviço da vida. Tese de doutorado em Teologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.